



MORTE DE JOVEM NA PENHA

Defensoria receberá bala do crime

Fragmentos do projétil foram encontrados por parentes no violão da vítima

PARA  
ACESSAR  
APONTE  
O CELULAR  
PARA  
O QR CODE

# OPRESSÃO COTIDIANA

## Após episódio do Leblon, negros contam como racismo estrutural impacta suas vidas

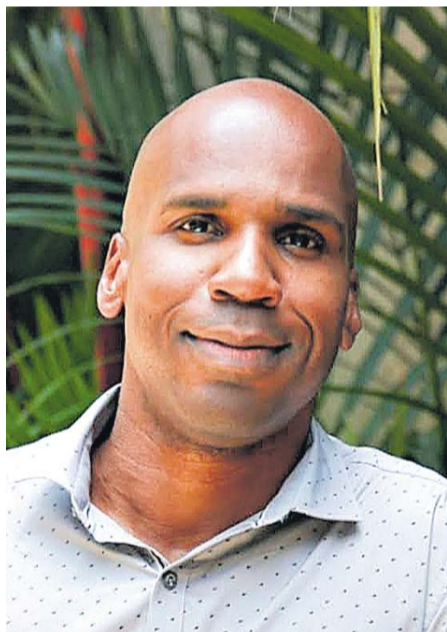


EDILSON DANTAS

**Na pele.** Acusada injustamente de furtar uma blusa numa loja de departamentos em São Paulo, a cozinheira Charlete Viana, de 45 anos, sonha abrir uma loja onde negros não sejam constrangidos



**Luta por Justiça.** Rodry foi abordado no Leblon



**Julgamentos.** Luís Fábio recorreu à terapia



**Cabeça erguida.** André busca ter atitudes altivas



**No meio digital.** Ataques a Santiago foram na web

FOTOS DE ARQUIVOS PESSOAIS

## ÉPOCA

ELISA MARTINS, MELISSA DUARTE  
E RAFAEL GALDO  
grandierio@oglobo.com.br  
RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA

“Estranhou o quê?”, pergunta Moacyr Luz em um de seus sambas. No último dia 12, o instrutor de surfe Matheus Ribeiro, de 22 anos, estava com uma bicicleta elétrica em frente ao Shopping Leblon, na Zona Sul do Rio. Meses antes, em agosto de 2020, era outro Matheus, o Fernandes, com 18 anos na época, que carregava um relógio, também num centro comercial da cidade, o Ilha Plaza, na Zona Norte. Negros, ambos foram acusados de furtar objetos que tinham comprado. Vivenciaram, dizem lideranças sociais e ativistas, um racismo estrutural que oprime em todo o país, quase nunca com a visibilidade que tiveram os casos dos dois jovens cariocas. A uma das muitas manifestações que esse preconceito pode ter, o próprio Moacyr responde na música: “preto pode ter o mesmo que você”.

Mas não foi fácil para o gerente comercial André Delfino levantar a cabeça e apren-

der a se defender dos ataques. Marcou sua vida quando, na infância, em Nova Friburgo, interior do Rio, jogaram uma pedra na sua cabeça, e o agressor justificou: “É porque preto tem que morrer”. Adulto, ao comprar um carro, na primeira blitz que foi parado, ele tinha um roteiro de como agiria. — Com o fuzil apontado, o policial perguntou: “De quem é esse carro?” É tão absurdo que eu me preparei para uma situação dessas, do comportamento que eu teria e até mesmo em termos de leis. Ponho o pé para fora de casa com o escudo de defesa. Hoje, consigo ter uma atitude mais altiva. Não choro mais. Quero enfrentar de cabeça erguida — diz André.

### SEM SEGURANÇA NA PORTA

Já as experiências da cozinheira Charlete Viana, de 45 anos, influenciaram o seu sonho para o futuro: abrir uma loja de roupas na cidade em que nasceu, Cururupu, no Maranhão, sem segurança constrangendo negros na porta. Em São Paulo, onde vive, ela saía de uma loja de departamentos quando o alarme tocou. Sem dar importância ao barulho, ela não parou. Mas foi seguida

e parada pela segurança, metros depois. Cercada por curiosos, Charlete teve que voltar e abrir a mochila em frente ao estabelecimento, onde já havia uma viatura da polícia. O motivo: uma blusa de R\$ 20, que ela mostrou ao lado da nota fiscal da compra.

— Só percebi quando a segurança chegou bem perto e pegou no meu braço. Quando virei, já estava todo mundo me olhando. Voltei para a loja chorando, transtornada. Os policiais perguntaram se eu não queria falar na delegacia. Eu disse que não entraria na viatura porque não era bandida — lembra ela, que entrou com um pedido de indenização na Justiça. — Veem uma preta, periférica, acham que entra na loja para roubar.

É, segundo Lúcia Xavier, coordenadora da ONG Criola, uma das consequências do racismo estrutural na construção da sociedade brasileira. Cotidianamente, diz ela, naturalizam-se representações negativas sobre o negro, preteridos, por exemplo, para o trabalho e no acesso a seus direitos. São também vistos como se não pudessem adquirir certos produtos ou estar em determinados espaços ou cargos.

— Ocorre com milhares de pessoas em qualquer lugar, no trabalho, na rua, em espaços e instituições públicas... É esse tratamento desigual, essa suspeita sobre o sujeito negro. A pessoa acaba nunca tendo a certeza se está agindo corretamente. Individualmente, isso gera impactos psicológicos e físicos, mas também uma repercussão social, coletiva e econômica — afirma Lúcia.

Defensora pública, Adriana Silva saiu do subúrbio para a Zona Sul carioca e, atualmente, é coordenadora do Núcleo contra a Desigualdade Racial, da Defensoria Pública do Rio. Mas ela, o marido e os filhos, todos negros, apesar de experimentarem uma ascensão social, não escaparam de discriminações, seja em olhares em lojas e supermercados, seja num passeio na Praia de Ipanema e na Lagoa. É justamente essa forma de violência “sutil e perversa do cotidiano”, diz ela, a que mais leva pessoas a procurarem assistência na instituição em que atua.

— O racismo do cotidiano paralisa, subjuga pessoas negras, mina a cabeça delas, como disse (a intelectual negra) Lélia Gonzalez. Ela começa a pensar que aquele lugar não é

para ela, não mexe na bolsa ou atende o celular em locais fechados — afirma Adriana.

### ‘PREPARAÇÃO ESPIRITUAL’

Para o engenheiro civil Luís Fábio Cruz, esse processo o levou à terapia. Quando vai a um restaurante sofisticado, a uma balada da elite, onde a presença de negros vai se rerefazendo, conta ele, precisa de uma espécie de “preparação espiritual” para encarar o ambiente e os julgamentos.

— Só quem passa percebe. E, se você disser algo, corre o risco de te dizerem que você está se vitimizando, virar o louco da história. É cansativo também ter que ficar ensinando as pessoas sobre o assunto — diz Fábio, que viveu um episódio recente num estacionamento da Tijuca, Zona Norte do Rio. — Abri a porta do carona do meu carro para deixar compras. Dei a volta, e entrei pelo lado do motorista. Logo o manobrista me abordou perguntando se eu tinha aberto a porta do carro ao lado, uma SUV.

Em Goiânia, um jovem negro chegou a ser ameaçado de ser processado após denunciar uma atitude racista. Foi em 2019. O repre-

sentante de atendimento Manoel Nascimento, conhecido como Maju, estava numa festa universitária quando foi acusado de furtar o telefone de uma mulher.

— Ela falou: “Devolve meu celular”. Levantou minha camiseta, não tinha celular algum. O telefone estava, na verdade, com um amigo dela — conta Maju, que resolveu expor o caso no Twitter e denunciar à polícia. — Ela começou a contar nos corredores que iria me processar, porque, segundo ela, eu coloquei a faculdade contra ela, como se eu a tivesse exposto. Só que, no relato (já apagado), nem citei nomes — acrescenta ele, que decidiu levar o caso adiante nos tribunais.

### RACISMO VIRA INJÚRIA

O problema é que, muitas vezes, nem o sistema de Justiça está preparado para acolher as denúncias de racismo.

— É comum que as pessoas negras compareçam à delegacia para registrar um boletim de ocorrência de racismo, e o registro ser de mera injúria racial ou injúria simples. Há uma tendência dentro do sistema de Justiça de descaracterizar esse tipo de denúncia, o que contribui para a perpetuação do racismo — explica a defensora pública Isadora Brandão Araújo da Silva, coordenadora do Núcleo de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial da Defensoria Pública de São Paulo.

No Rio, porém, o diretor, coreógrafo e professor Rodry Rezende diz que não desistirá de buscar Justiça após o que ele chama de o pior dia de sua vida, no último 17 de março, no Leblon. Ele tinha ido ao banheiro de um mercado que frequentava. No caminho, parou para olhar o celular. Quando estava prestes a sair do estabelecimento, um segurança o segurou, puxando ele pela mochila, e questionando o que havia dentro da bolsa.

— Peguei o celular e comecei a filmar. “Isso é procedimento padrão?”, perguntei, porque havia mais quatro pessoas de mochila, todas brancas, e nenhuma foi parada — conta ele, que chamou a polícia. — A partir dali, não ando mais sozinho, deixei de trabalhar na Zona Sul, e o Leblon, que quando eu era pequeno eu idolatrava, passou a me causar repulsa. Mas não posso me calar, porque tenho um filho, que chamo de príncipe, e busco agir com um exemplo para ele.

A divulgação de imagens de casos de racismo tem dado mais visibilidade ao tema, na opinião do youtuber e apresentador de TV Spartakus Santiago, cujo canal discute cultura e temas raciais e LGBT.

— Sempre aconteceu no Brasil. Só que, com a tecnologia, é possível provar e mostrar à sociedade — diz Santiago, que viu no meio digital se reproduzir o racismo que está nas ruas. — Sempre que eu me posicionava nos meus vídeos, diziam que era mais um preto com vitimismo, querendo aparecer.